

A PSICOLOGIA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA NA FAMÍLIA FRENTE AO DIAGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA

Fernnanda Castellari Bagatol ¹
Rosimélia Freitas Castellari Bagatol ²
Adriana Mastela Gomes Grasseli ³
Centro Universitário São Camilo – ES

Eixo Temático 6: Aprendizagem e Avaliação: Diagnóstico, Planejamento e Gestão do Trabalho Pedagógico

RESUMO

O presente artigo problematiza os desdobramentos da reação dos pais na recepção e aceitação do diagnóstico do filho com deficiência. A chegada de um novo indivíduo para a família produz muitas mudanças neste meio, depositam-se nela expectativas que permeiam o imaginário familiar, perspectivas que foram sendo moldados durante nove meses de espera, planejamentos e afetos. Quando se recebe a notícia do diagnóstico de uma criança com necessidades especiais, torna-se um evento mais delicado, pois o modo como o profissional verbaliza o quadro clínico do sujeito, pode gerar inseguranças, dúvidas e sentimentos confusos, até mesmo o luto pelo filho idealizado. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo verificar a importância do trabalho do psicólogo na aceitação e manejo dessa nova e indesejada situação de vida, que há ambivalências no que tange o afeto e o desafeto, aceitação e rejeição, medo e até culpa aos pais, a fim de promover a inclusão dessa criança com deficiência no seio familiar. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória, base qualitativa, ou seja, uma pesquisa com base em material já publicado a fim de que se possa conhecer o problema visando torná-lo explícito ou então construir hipóteses, tendo o processo como foco principal. Será utilizado o método indutivo, de modo que após a análise de diversos casos particulares se possam concluir uma verdade geral. Dessa forma, com a atuação do profissional em Psicologia pode-se possibilitar a minimização dos impactos negativos e a promoção de saúde aos indivíduos dentro do sistema familiar, resultando no bem-estar.

Palavras-chave: Pais, Família, Crianças com Deficiência, Inclusão.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo-ES – fernnandacb@hotmail.com.

² Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo-ES – meliafcb@hotmail.com.

³ Professora orientadora. Mestre em Psicologia. Centro Universitário São Camilo-ES – adrianamastela@saocamilo-es.br.

INTRODUÇÃO

Durante o período gestacional, os pais preparam-se para a chegada do filho, já estabelecendo em sua existência, seus desejos e expectativas. Segundo Camargo e Londero (2008, p. 277) os pais idealizam como será a chegada dos filhos, sua infância, seu desenvolvimento e vida adulta.

Os pais, com o nascimento do filho, estabelecem vínculos, que se dão através da troca de afeto, contato visual e físico. Enfim, neste momento de troca, constrói-se a ligação emocional e os vínculos afetivos, "(...) ao qual a perfeição é atribuída de forma supervalorizada." (GÓES, 2006, p. 543).

Dessa maneira, a família é o primeiro contato da criança com a sociedade, bem como, a mediadora entre o homem e a cultura, sendo o berço da aprendizagem, que modela os significados e dão a eles suas características próprias e conceitos para o grupo, principalmente nas relações interpessoais e do construto individual, em consonância com o social. (DESSEN e POLONIA, 2007, p. 22).

Ao receber o diagnóstico de uma deficiência, seja ela, durante a gravidez; na concepção, ou ainda, em algum acidente, é uma situação penosa que recai na família e em seus cuidados. Segundo Pádua e Rodrigues (2013, p. 2321) a criança com deficiência interfere diretamente no cotidiano, nas relações e nas estruturas da família. O diagnóstico pode levar a um processo de luto por esse filho idealizado. A reação dos genitores no primeiro momento é de descrença, seguida por insegurança, confusões e instabilidades. Com isso a criança pode sofrer a rejeição e não receber as estimulações que enriquecem as suas potencialidades.

O profissional da área da Psicologia tem como viés reavivar e estabelecer a relevância da família, pois possui um papel fundamental no desenvolvimento da

sociabilidade, do bem estar, bem como da afetividade. A intervenção também visa propiciar a qualidade de vida da criança com deficiência.

Com a intervenção do psicólogo, por exemplo, através da mediação da psicoterapia familiar, trabalham-se questões tais como: a culpabilização da criança com a patologia e a culpabilização dos pais, situações que geralmente ocorrem. O profissional trabalha com a orientação, apoiando e acolhendo os sofrimentos da família em questão, pois nesse momento as relações familiares são conduzidas por redes de fantasias, ansiedades e conflitos.

É importante ressaltar que o psicólogo não fornece solução, (PADUA e RODRIGUES, 2013, p.2326), mas sim potencializa a família em seus reais recursos a fim de auxiliá-la a canalizar seus afetos.

METODOLOGIA

Essa investigação se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, de base qualitativa, ou seja, uma pesquisa com base em material já publicado a fim de que se possa conhecer o problema visando torná-lo explícito ou então construir hipóteses, tendo o processo como foco principal. Foi utilizado o método indutivo, de modo que após a análise de casos particulares, as análises foram construídas.

O objeto de estudo da pesquisa contempla a importância do trabalho do psicólogo na inclusão de crianças na família frente ao diagnóstico de deficiência. Para investigá-lo foi realizado um estudo bibliográfico exploratório, utilizando as bases de dados, como: Scielo, Google Acadêmico, Medline, sendo os descritores que selecionados de acordo com as palavras-chave: pais, família, crianças com deficiência, inclusão. Os trabalhos foram selecionados de acordo com o ano de publicação, sendo estes, entre os anos de 2005 a 2020.

O primeiro passo foi à realização de um levantamento entre publicações nacionais na área, a fim de verificar quais são os pontos de vista dos autores, oriundos de livros, artigos científicos, dissertações e teses. Para constituir a coleta de dados, foi feita a leitura exploratória, a leitura seletiva e os registros das informações das fontes (autores, ano, método e resultados).

O tratamento e a análise dos dados foram compostos de modo interpretativo. A partir dos dados coletados serão construídos seis eixos interpretativos para a realização da análise. A família e o diagnóstico de deficiência; Elaboração do luto pelo filho idealizado; O fazer da Psicologia e a família; O relevante papel da escuta; A estimulação precoce: percebendo as potencialidades; e A família e sua contribuição no processo de estimulação.

Sobre a leitura analítica, a organização dos resultados das estruturas e assimilação das informações contidas nas fontes, mediante a busca que possibilitasse a resolução da problemática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 Visão sistêmica da Família

A família é o berço do indivíduo, o primeiro contato com a sociedade. Isso acontece, pois a família quem propicia as estimulações para que o desenvolvimento aconteça de forma integral, sendo assim, moldando a personalidade do sujeito. (PADUA; RODRIGUES, 2013, p. 2324).

Segundo Ribeiro e Silva (2017, p. 12), a função psíquica da família é proporcionar o afeto, que desempenha um papel fundamental na sobrevivência emocional do recém-nascido. Além de contribuir com esses aspectos afetivos, a família também

colabora, junto aos fatores sociais, para a formação da identidade da criança. É na família que se permite o ambiente adequado para que se faça acontecer à aprendizagem.

Dessa forma, entende-se por família, uma unidade básica de desenvolvimentos e experiências, onde é permitido o fracasso e a realização, a doença e a saúde. É um sistema de relações que possibilitam ou não o desenvolvimento saudável dos seus membros. Mediante a isso, Ribeiro e Silva (2017, p.13), utilizam as nomenclaturas do estudo de Osório (2002), para fundamentação do equilíbrio na família, que são: a “homeostase” – processo de autorregulação permitindo a estabilidade do sistema, tendo como base, preservar o funcionamento – e a “morfogênese” – um sistema aberto permeável as influências internas ou externas e resulta na sua organização.

Assim, a família é atravessada a todo instante por diversos fatores, de modo que cada componente familiar influencia e afeta os outros. Enquanto grupo, tem seu sistema regular que permite a estabilidade e regularidade para garantir o bem estar de todos, ou ainda, a homeostase (PADUA; RODRIGUES, 2013, p. 2323).

Dessa forma, a família tem um ofício importante para o desenvolvimento e inclusão da criança, pois é nela que fluem os valores, atitudes e um espaço que permite o desenvolvimento eficaz. Quando se trata de uma criança com deficiência, a família torna-se ainda mais solicitada nos cuidados e nas estimulações (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 13).

2 A Família e o diagnóstico de deficiência

A chegada de um novo membro na família gera expectativas e idealizações. O nascimento de um filho gera impacto na vida emocional, financeira, no cotidiano e na organização familiar. O exercício de se tornar pais requer cuidados e

responsabilidades essenciais, como a educação, proteção e socialização dos filhos (OLIVEIRA; POLETTTO, 2015, p. 103).

Ao receber o diagnóstico de uma deficiência, os pais vivenciam uma situação geralmente penosa que recai aos cuidados da família. Em geral, no primeiro momento a família se desequilibra, fica com sua estrutura disfuncional, a morfogênese representa essa instabilidade.

Nesse contexto, o trabalho do psicólogo, através da Terapia Sistêmica da Família, terá condições de contribuir com o desempenho e com a inclusão do sujeito. (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 14). Como a sistêmica busca uma capacidade de estabilidade, é através das mudanças que se instala a homeostase, que seria a reorganização.

A resiliência é fundamental no processo de superação dos sentimentos negativos, ressignificando esta situação, pois é um processo psíquico complexo que envolve muitos recursos, sejam eles pessoais, ambientais e sociais. Concomitantemente, a resistência significa também possibilidade de enfrentamento e superação (OLIVEIRA; POLETTTO, 2015, p. 113).

Também é de suma importância o acolhimento deste indivíduo na família, isso requer informações sobre a patologia. Segundo Ribeiro e Silva (2017, p. 15), há três fatores de impacto na relação de cuidados de uma pessoa com deficiência, que são eles: o “grau de informação”, todos que estão presentes no caso, necessitam de informações claras para lidar com a criança da melhor forma possível.

Outros fatores citados por Ribeiro e Silva (2017, p. 15) são: “a intensidade da possível sensação de isolamento social”, a subjetividade humana é construída na cultura, na qual os estereótipos e representações sociais acrescentam e elevam

as qualidades desfavoráveis; e os “cuidados necessários” a fim de elevar as potencialidades e trabalhar as limitações.

3 Elaboração do luto pelo filho idealizado

Antes mesmo do processo de espera, durante a gestação, depositam-se no bebê uma série de expectativas e idealizações, oriundas dos pais ainda na fase da infância, possuindo características que correspondem aos seus próprios anseios e necessidades, tornando-se então, representante da imortalidade dos genitores, assim, um filho representa os traços de investimento narcísico (CAMARGO; LONDERO, 2008, p. 277).

Desse modo, o nascimento da criança com deficiência propicia sentimentos inicialmente aterradores, já que os pais acrescentavam expectativas em relação a um futuro positivo. A deficiência exige dos pais o processo do luto, para que possa elaborar a perda do filho considerado “perfeito” e ver a verdadeira situação, segundo Ribeiro e Silva (2017, p.16).

Sassi (2013, p. 4), descreve os estados de luto oportunizados pelo trabalho de Moses (2008) acerca do diagnóstico de deficiência são eles: negação, ansiedade, medo, culpa, depressão e raiva. O luto é estado de sentimentos que levam as mudanças internas e externas.

A negação é o período inicial do processo, pois é nela que consiste no confronto com a informação indesejada do diagnóstico de deficiência do filho, não acreditando que isso tenha atingido a criança. Este mecanismo de defesa permite a tentativa de manejo com a perda súbita.

Com isso, vem a ansiedade, motivada pelas mudanças necessárias, já que modificam um sistema interior familiar, seja no cotidiano, prioridades e opiniões. O

medo, se expressa na maneira como se enxerga a responsabilidade mediante as dificuldades apresentadas por aquela criança. Em consonância, a culpa acaba a ajudar a redefinir algumas questões da causa da deficiência, sendo o facilitador da homeostase para a vida familiar.

Tanto a depressão como a raiva, são necessárias para a elaboração do luto, pois os pais descobrem e recodificam novas definições para possibilitar ver um ser completo e capaz.

Todos esses sentimentos precisam ser vivenciados pelos pais ou aqueles que assumem esse papel. A organização sistêmica se dá de inúmeras maneiras diversificadas, pois cada família e seus membros ocupam uma forma. Logo, cada contexto irá se comportar deferente, a partir de sua capacidade e potencialidade.

Diante disso, é de grande valia, o apoio e acolhimento de um profissional qualificado para que o processo de luto seja efetivado. Além disso, a importância da escuta e informações corretas sobre a patologia e seus desdobramentos fazem toda a diferença.

4 O fazer da Psicologia e a família

A intervenção psicológica de forma precoce, em uma família que recebe um filho com deficiência, diminui consideravelmente as dificuldades na aceitação e ajuda a ter uma presença mais realista e otimista de suas possibilidades no processo de desenvolvimento. O trabalho do psicólogo neste caso, não é promover a cura, não obstante, a estimulação do desenvolvimento, dando ênfase na autonomia e propor a qualidade de vida tendo em vista, o paciente e os familiares (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 17).

Segundo Sassi (2013, p. 8), é necessário inverter os olhares, retirar o foco na fraqueza e na patologia, estimulando assim, a resiliência e o aumento da capacidade de potencialidade e enfrentamento de situação. Logo, dar oportunidade aos pais para sentirem-se suficientes em suas singularidades, sendo este, o recurso para a implicação dos conflitos advindos da realidade.

Conseqüentemente, o atendimento à família faz-se importante, pois geralmente há uma centralização de toda atenção em torno da criança deficiente, enquanto o conjunto familiar é deixado em segundo plano. Muitas vezes, o que acontece, é que a própria família já possui uma demanda elevada, e com essa nova situação, elevam-se os níveis de conflitos com a chegada da criança, tornando-se apenas o estopim (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 18).

As autoras ainda acrescentam que para dinamizar o funcionamento familiar, as intervenções realizadas pelo psicólogo devem considerar o sistema organizacional familiar, seus padrões e funções que assumem naquele grupo, fazendo com que os estímulos os fortaleçam para a recodificação da situação e a resiliência perante os cuidados do indivíduo com necessidades especiais.

O papel do psicólogo não é dar soluções, muito pelo contrário, é de potencializar a família e suas capacidades, auxiliando-a a encontrar o caminho pela busca de recursos emocionais. Assim, segundo Pádua e Rodrigues (2013, p. 2326), a terapia familiar viabiliza a percepção e análise dos seus comportamentos cobertos de conteúdos rejeitados e desconhecidos, bem como orientar sobre os benefícios do rodízio de cuidados, estimulando ativamente todos os membros da família.

5 O relevante papel da escuta

A escuta familiar é primordial para contribuir com o processo de elaboração do luto, a fim de amenizar o sofrimento psíquico.

A forma como a notícia é transmitida para os pais pode influenciar na forma de lidar com o fator desconhecido, pois os sentimentos ficam confusos e isso pode interferir no vínculo com a criança. Sobre o tema, Camargo e Londero (2008, p. 284), em seu trabalho, entrevistaram alguns pais para verificar os receptivos impactos da notícia da deficiência de seus filhos. Uma mãe, denominada na pesquisa “mãe 7”, que destacou a maneira que foi informada sobre o diagnóstico do filho, com Síndrome de Down, sete anos.

É, eu achei péssima a maneira que ela falou, que ele não tinha solução, né, que pra ele não adiantava gastar nada, que não tinha dinheiro, nada, ai adiantar. Isso é que eu achei péssimo, né, a maneira que ela falou, né.

Segundo Camargo e Londero, que ainda citam Höher e Wagner (2006), o sofrimento não é evitado, pois os pais se frustram com a chegada do filho deficiente. Vale lembrar aqui, que esse sofrimento pode ser elevado quando são brutalmente impactados pela forma de como é dada a notícia.

Cuidar das famílias que passam por isso, é necessário para fortalecê-las na implicação dessa situação, ouvir os medos, dúvidas e necessidades, potencializando as possibilidades de vida, para que possam cuidar da melhor maneira possível essa criança, e tendo ciência da estrutura familiar (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 20).

As autoras utilizam a colaboração de Vizzotto e Gomes (2009), que afirmam que é o ofício do psicólogo é auxiliar no elucidar dos conflitos e sentimentos que foram reprimidos, utilizando uma escuta e acolhimento emocional apropriado, visando oportunizar reflexões e criar novas estratégias possibilitando o caminho para que os conflitos apareçam.

Acrescentam ainda que, o profissional deve respeitar ainda a individualidade e particularidade de cada família, logo, a intervenção será de forma diversificada. Potencializar o grupo é a palavra-chave, perceber as reais capacidades e intermediar os caminhos para canalizar os recursos emocionais.

6 A estimulação precoce: percebendo as potencialidades

A estimulação precoce potencializa as funções do cérebro, tendo em vista, o aspecto intelectual, físico e seus sentimentos, isso se dá através de jogos, atividades e outros recursos. Peruzzolo e Costa (2015, p. 4), dizem que uma criança que teve acesso a estímulos precocemente, terá mais aproveitamento de suas capacidades de adaptação e aprendizagem, de uma forma mais eficaz.

Os autores acrescentam ainda que quando a criança é estimulada, surge uma gama de oportunidades e experiências que contribuirão para explorar, adquirir e possuir habilidades de forma natural, complementando que “A estimulação precoce une adaptabilidade do cérebro à capacidade de aprendizagem, sendo uma forma de orientação do potencial e das capacidades da criança”.

Além disso, o avanço da ciência possibilitou a descoberta da neuroplasticidade – capacidade que o sistema nervoso possui de adaptar-se a nível estrutural ao longo do desenvolvimento –, e somando com a repetição significativa para o processo de aprendizagem, a plasticidade e a estimulação correta, resulta o ato de aprender (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 5).

Mas, salientam sobre o processo de estimulação precoce, bem como a respeito da neuroplasticidade:

A estimulação precoce é uma possibilidade a todos os seres humanos. Ao iniciá-la, vale ressaltar que o quanto antes esse processo for iniciado maiores e melhores os resultados. Segundo

os especialistas, a flexibilidade do cérebro vai diminuindo com a idade. Desde o nascimento até os 3 anos de idade, o desenvolvimento neuronal dos bebês alcança seu nível máximo. A partir daí, continuarão aprendendo, mas não ao mesmo ritmo e com todo o potencial. (PERUZZOLO; COSTA, 2015, p. 6)

Não obstante, contar com uma equipe multiprofissional é de grande valia aliada com a família, pois é nesse espaço que se possibilita um desenvolvimento saudável e integrador, dando o suporte necessário para este fazer.

Vale ressaltar que, cada indivíduo tem a sua maneira de aprender. Mesmo que seja vontade do terapeuta ou dos pais que a criança chegue ao máximo do potencial, são suas condições que irão ditar os caminhos a serem tocados clinicamente, segundo os autores.

7 A família e sua contribuição no processo de estimulação

Como visto anteriormente, a família assume um papel primordial e conseqüentemente, o seu ambiente também se reflete no desenvolvimento da criança. É dentro deste sistema, que a criança se apropria, desenvolve, aprimora os elementos, sejam eles, internos ou externos, tornando-se como uma referência de apoio ao desenvolvimento (PADUA; RODRIGUES, 2013, p. 2323).

O envolvimento dos pais na intervenção do filho deficiente é de suma importância, pois são eles que incentivam e possibilitam o desenvolvimento saudável, bem como a aprendizagem. Peruzzolo e Costa (2015, p. 9) citam o estudo de Buscaglia (1997), se a família participar e apoiar o processo de intervenção precoce promoverá melhoras significativas para a criança. Os membros acreditam ser responsáveis por esses avanços, mas para que isso ocorra, a família tem que estar ciente de todos os procedimentos através de orientações cabíveis.

Ribeiro e Silva (2017, p. 19) ressaltam que as informações claras e precisas sobre a deficiência e seus desdobramentos, potencialidades e limitações, devem ser ofertadas aos pais e ao grupo que está envolvido no caso, para que incentivem sobre o papel da reabilitação e outros pontos para promover a desenvolvimento da melhor maneira possível.

Peruzzolo e Costa (2015, p.8) utilizam a contribuição de Fonseca (1995, p. 9) para expressar esses desdobramentos:

O direito à igualdade de oportunidades educacionais é o resultado de uma luta histórica dos “militantes” dos direitos humanos, luta que implica a obrigatoriedade de o Estado garantir gratuitamente unidades de ensino para todas as crianças (quer sejam ou não deficientes). O deficiente pode não ver, mas não tem dificuldades em orientar-se ou em fazer música. Não ouve, mas escreve poesia. Não aprende matérias escolares, mas pode ser excepcional numa atividade profissional ou num desporto.

Logo, cabem aos pais e aos profissionais que estão no caso, propiciarem as experiências de vida, garantindo assim, a estimulação correta e trabalhar o engajamento social da criança, em prol de um desenvolvimento cognitivo e afetivo. Dessa maneira, o papel do desenvolvimento e da reabilitação, depende da relação do sistema familiar. Além de fornecer informações claras, incentivar as suas potencialidades e limitações é eficaz. A família também precisa controlar o grau de ansiedade, pois pode atrapalhar os avanços e processos de novas aquisições trazendo frustrações desnecessárias (PADUA; RODRIGUES, 2013, p.2325).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através do seio familiar que se desenvolve o indivíduo, portanto, proporcionar para esta criança um ambiente acolhedor, onde possa desenvolver suas habilidades e suas potencialidades, bem como, um lugar, onde coloque suas

fraquezas e emoções sem julgamentos e estereótipos. Logo, a família desempenha um papel fundamental no processo de reabilitação, uma vez que se modelam indivíduos com autonomia e principalmente, constroem a autoestima, trabalhando com os seus próprios desafios.

As contribuições teóricas que sustentaram o embasamento para a discussão e contribuição com levantamentos pertinentes à temática puderam destacar que a sistêmica é uma rede complexa de laços e que sofrem influências dos meios externos e internos também. Mediante a esse levantamento, quando algo acontece, neste caso o diagnóstico da deficiência da criança é dado, ocasionam o desequilíbrio familiar de suas organizações, a morfogêneses; o que leva a busca constante da homeostase – a autorregulação para o meio.

Acompanhamos também o processo do luto, que é de suma importância que seja vivenciada. O psicólogo precisa ter uma postura adequada frente a essa nova etapa da vida deste grupo, tendo a sensibilidade de destacar as necessidades tanto da família, quanto da criança. Segundo os autores, o psicólogo, é a ponte entre os pais que exercem o papel de parceiros ativos e a criança que é à força de atualização.

Vale ressaltar também, que o trabalho precoce de estimulação das potencialidades nas crianças com deficiência é de suma importância para a evolução de suas aquisições intelectuais e a conquista de uma autonomia. Essa, para tanto, depende da família que irá organizar para uma longa caminhada a ser percorrida.

Após a realização desse estudo, pode-se afirmar que o psicólogo exerce um ofício relevante frente à aceitação do diagnóstico destes filhos com deficiência, através do aconselhamento e apoio familiar.

O profissional que atua com a família deve ter o discernimento de valorizar a própria família em primeira instância, pois é o berço do desenvolvimento também da criança, em segundo plano, mostrar que o sujeito não é um problema

Assim, com as intervenções psicológicas, as famílias mesmo com seus desafios, podem ultrapassar essa questão, reagindo com diversidade, desempenhando e promovendo o bem estar e construindo soluções, sendo otimistas, persistentes e transmitindo amor. Agindo assim, certamente serão surpreendidas pela potencialidade de seus filhos.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, S.P.H., LONDERO, A. D., Implicações do Diagnóstico na Aceitação da Criança com Deficiência: Um Estudo Qualitativo. **Interação em Psicologia**. 2008, v 12, p. 277- 289.

DESSEN, M. A., POLONIA, A. C. **A Família e a Escola como Contexto de Desenvolvimento Humano**. Universidade de Brasília. Paidéia, 2007, 17 (36), p. 21-32.

GÓES, F. A. B., Um Encontro Inesperado: Os pais e Seus Filhos com Deficiência Mental. **Psicologia Ciência e Profissão**. 2006, v. 26 (3), p. 450 – 461.

OLVEIRA; I. G., POLETTO, M., Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. **Revista SPAGESP**, 16 (2), 102-119, 2015.

PADUA, E. S. P., RODRIGUES, L. **Família e Deficiência: Reflexões sobre o papel do Psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência**. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação Especial. Londrina. 2013, p. 2321- 2331.

PERUZZOLO, S. R; COSTA, G. M. T. Estimulação precoce: Contribuição na aprendizagem e no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual (DI). **Revista de Educação do Ideau**, 10 (21), 2015.

RIBEIRO; J.L., SILVA; P. L. **A família do Deficiente Intelectual: Reflexões acerca do sofrimento familiar e do trabalho do Psicólogo**. Psicologia. PT , 2017.

SASSI, Franciele. **O impacto da deficiência infantil aos pais e o processo de reconhecimento desta realidade por meio do auxílio promovido pelas equipes de profissionais da saúde.** Psicologia. PT, 2013.